



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 34/2023, em que são recorrentes **João Teixeira e Quintino Borges da Costa**, e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 161/2023

(Autos de Amparo 34/2023, João Teixeira e Quintino Borges da Costa v. STJ, Aperfeiçoamento por Obscuridade na Identificação das Condutas Impugnadas)

I. Relatório

1. Os Senhores João Teixeira e Quintino Borges da Costa interpuseram recurso de amparo, impugnando os *Acórdãos 117/2023, de 30 de maio e 178/2023*, apresentando como fundamento para o seu recurso os argumentos que abaixo se sumariza da seguinte forma:

1.1. Alegam que o presente recurso de amparo visa pedir a reparação dos direitos fundamentais violados pelo tribunal recorrido, porque embora o tenham solicitado junto ao mesmo, esse tribunal indeferiu o seu pedido dando ao artigo 437, n.º 1, da al. i) do CPP uma interpretação que a seu ver é passível de violar os seus direitos fundamentais, nomeadamente, o da presunção de inocência, processo justo e equitativo, contraditório, recurso e liberdade que se encontram consagrados nos artigos 22, 29, e 35 da CRCV.

1.2. Porque em síntese:

1.2.1. Foram acusados pelo Ministério Público (MP), que lhes imputou factos suscetíveis de integrar a “prática de um crime de agressão sexual com penetração, p.p., pelos artigos 143 n.º 1 e 2, *ex vi* al. a), b) e c) do art.º 141, todos do Código Penal (CP), bem como num pedido de indemnização cível no valor de 250.000\$00 (duzentos e cinquenta mil escudos), para cada um”;

1.2.2. Porém, viriam a ser condenados “na pena de 7 anos e 7 anos e nove meses de prisão” pela prática de um crime de abuso sexual com penetração, que seria um crime diverso do qual haviam sido acusados;

1.2.3. Não se conformando com a sentença do Juízo Crime do Tribunal da Comarca de Santa Cruz recorreram para o Tribunal da Relação de Sotavento (TRS) que julgou o recurso parcialmente procedente “e em consequência reduziu a pena aplicada aos recorrentes para 6 anos e 6 anos e 6 meses de prisão efetiva contrariando a proposta do voto vencido que seria 5 anos com pena suspensa e 5 anos e 6 meses de prisão efetiva”;

1.2.4. Inconformados com o douto acórdão do TRS recorreram para o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), que não admitiu o recurso dos recorrentes, recorrendo ao instituto da dupla-conforme;

1.2.5. Dizem discordar do acórdão do STJ porque teriam sido constituídos arguidos, acusados, julgados e condenados à luz da lei anterior que lhes seria mais favorável e porque o tribunal recorrido não teria feito a interpretação correta do disposto nos artigos 27º e 437, nº 1, al. k) [seria alínea i) ?] do CPP. Além disso, é seu entendimento que o TRS não teria confirmado a decisão do Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz, tendo inclusive havido voto vencido na decisão do TRS;

1.2.6. Por isso, teria havido preterição de fase processual, vulnerando-se o direito ao recurso e de acesso à justiça, podendo, ainda, a seu ver, a situação constituir nulidade insanável, ao abrigo do artigo 151, al. g), do CPP;

1.2.7. Afirmam que a lei nova entrou em vigor no dia 5 de julho de 2021 e os factos pelos quais foram julgados e condenados teriam ocorrido, hipoteticamente, em junho de 2021, conforme se pode ver nos pontos 1 a 16 da acusação e g) e k) da sentença, o que significa que, para além da sentença não ter sido confirmada pelo TRS, os factos pelos quais foram condenados teriam ocorrido antes da entrada em vigor da lei nova;

1.2.8. Notificados do *Acórdão 117/STJ/2023*, pediram ao STJ que reparasse os direitos fundamentais alegadamente violados, o que lhes foi negado através do *Acórdão 178/STJ/2023, de 28 de julho de 2023*, dando lugar ao esgotamento de todas as vias

ordinárias de recurso, com a verificação do disposto no artigo 6º (pressupõe-se que teriam querido fazer referência ao artigo 6º da Lei do Amparo e do Habeas Data).

1.3. Terminam o seu aresto rogando a esta Corte Constitucional que:

1.3.1. Admita o seu recurso;

1.3.2. Sejam escrutinadas o que designam de condutas;

1.3.3. Julgue procedente e, conseqüentemente, revogue o Acórdão N. 117/STJ/2023, de 30 de maio, com as legais conseqüências;

1.3.4. Restabeleça os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados (presunção de inocência, contraditório, processo justo e equitativo, acesso à justiça, recurso e liberdade, consagrados nos artigos 22º, 29º, 30º e 35º nº 1, 6 e 7 da CRCV e 1º, 5º, 77º, nº 1, al. h) do CPP);

1.3.5. Ordene que o órgão recorrido admita o recurso ordinário e escrutine sobre o mérito do mesmo.

1.3.6. Junta duplicados legais (6);

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para a emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito S. Excia. o Senhor Procurador-Geral da República, que articulou os seguintes argumentos:

2.1. Os recorrentes estariam providos de legitimidade por serem pessoas direta, atual e efetivamente afetadas pelo acórdão recorrido que não atendeu às suas pretensões;

2.2. Teriam sido esgotados todos os meios ordinários de defesa de direitos, liberdades e garantias estabelecidos pela respetiva lei do processo e a violação teria sido expressa e formalmente invocada no processo logo que os ofendidos dele tiveram conhecimento e requereram a sua reparação;

2.3. O recurso mostrar-se-ia tempestivo porque deu entrada dentro do prazo de 20 dias estipulados por lei.

2.4. Embora não o diga expressamente, parece implicitamente promover a admissibilidade do recurso.

3. Marcada a sessão de julgamento para o dia 12 de outubro, nessa data se realizou com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado

no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado,

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela

de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição,

como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição;

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo, ela própria, eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação;

2.3.4. Na situação vertente, pode-se dizer que, no geral, os recorrentes, além de terem apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo, incluíram uma exposição das razões de facto e de direito que a fundamentam e integraram um segmento conclusivo;

2.3.5. Apesar de ser notório que se alongaram desnecessariamente na narração de factos e de direitos, repetindo-se ao longo da sua explanação, e que a parte reservada às conclusões é praticamente a fiel reprodução do que se disse na parte anterior, fugindo às imposições do artigo 8º da Lei do Amparo e do Habeas Data.

2.3.6. Infelizmente, a peça gera muitas dúvidas em relação à conduta concreta que os recorrentes pretendem impugnar, pois, se é verdade que se consegue verificar que se trata de algo que gravita em torno de ato que terá recusado admissão a um recurso com fundamento em dupla-conforme, a extensão e os contornos da conduta são impossíveis de serem estabelecidos. Não respeitando as indicações do Tribunal Constitucional, os recorrentes optaram por formular o que chamam de condutas através de três questões, a saber: “Estar-se perante dupla conforme quando o arguido é condenado na pena inferior a oito anos e o Tribunal da Relação julgar o recurso parcialmente procedente e inclusive com voto vencido? Por os factos terem ocorrido antes da entrada da lei nova em vigor (artigo 437, nº 1, al. i), do CPP, o recurso dos recorrentes não seria admissível, artigo 27, nº3, al. a), do CPP? A não-admissão do recurso não constituiria a preterição de uma fase do processo e consequentemente violação do direito ao recurso e acesso [à] justiça, artigo 151, al. g) do CPP?”. Vindo, na sequência falar não em condutas, mas em “três questões (...)”.

2.3.7. Com tal formulação, o Tribunal não consegue saber se se está a identificar uma, duas ou três condutas que os recorrentes atribuem ao órgão judicial recorrido e que pretendem que o Tribunal syndique ou se seriam meras questões ligadas a uma única conduta que resultaria da conjugação das três alíneas que expõem ou se, afinal, o objeto da sua inconformação seria qualquer outra que esta Corte não consegue identificar.

3. Com a reiteração da posição do Tribunal de que escrutina condutas e não responde a questões, aquelas devem ser fixadas de forma positiva e não por meio da técnica inquisitivo-interrogativa, como fez o recorrente, e do modo o mais preciso possível, sob pena de não-admissão. Destarte, os recorrentes deverão apresentar uma peça aperfeiçoada para, sem repetir qualquer argumento que já tenham apresentado, e do modo mais direto possível, definirem a(s) conduta(s) que pretendem que o Tribunal escrutine e os seus respetivos contornos.

III. Decisão

Pelo exposto, nos termos do artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os Juízes-Conselheiros do Tribunal Constitucional decidem determinar a notificação dos recorrentes para, sem a necessidade de reproduzirem o que já disseram na petição inicial,

e de forma direta, identificarem com a máxima precisão possível a(s) conduta(s) praticada(s) pelo ato judicial recorrido que pretendem que o Tribunal escrutine.

Registe, notifique e publique.

Praia, 16 de outubro de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 16 de outubro 2023.

O Secretário,

João Borges